PROJETO DE LEI Nº ,2025

## DISPÕE SOBRE A REGULAÇÃO DO USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Esta lei estabelece princípios, diretrizes e normas para o desenvolvimento, implantação e uso responsável de sistemas da Inteligência Artificial (IA) no Brasil, visando garantir o respeito aos direitos humanos, a proteção de dados pessoais, a transparência, a segurança e a responsabilização.

## Art. 2º Para os efeitos desta lei, considera-se:

- I Inteligência Artificial (IA): Sistemas tecnológicos capazes de realizar tarefas que normalmente exigiriam inteligência humana;
- II Transparência Algorítmica: A obrigação de fornecer informações claras e acessíveis sobre o funcionamento, a finalidade e os impactos dos sistemas de IA;
- III Viés Algorítmico: tendência de um sistema de IA a discriminar ou favorecer determinados grupos de forma não intencional;
- V **Impacto Social**: os efeitos diretos e indiretos da IA na sociedade, economia e direitos individuais.



Art. 3º Os sistemas de IA desenvolvidos e utilizados no



Apresentação: 18/02/2025 17:53:55.227 - Mesa

Brasil deverão observar os seguintes princípios:





- I Respeito aos direitos humanos: Os sistemas de IA devem ser desenvolvidos e utilizados de forma a respeitar a dignidade humana, a privacidade, a liberdade e a não discriminação.
- II **Transparência e explicabilidade**: Os sistemas de IA devem ser transparentes em seu funcionamento, e suas decisões devem ser passíveis de explicação, especialmente quando afetarem direitos individuais ou coletivos.
- III Segurança e robustez: Os sistemas de IA devem ser seguros,
  confiáveis e resistentes a falhas, garantindo a proteção dos usuários
  e da sociedade.
- IV Responsabilidade e prestação de contas: Os responsáveis pelo desenvolvimento e uso de sistemas de IA devem ser claramente identificados e responsabilizados por eventuais danos causados.
- V **Inovação e desenvolvimento sustentável**: A regulamentação deve fomentar a inovação tecnológica, promovendo o desenvolvimento econômico e social de forma sustentável.
- **Art. 4º** O desenvolvimento e a utilização de sistemas de IA de Alto Risco estão sujeitos às seguintes obrigações:
- I Realização de avaliações de impacto prévias, que considerem os riscos à sociedade, aos direitos fundamentais e ao meio ambiente.
- II Garantia de supervisão humana em decisões críticas especialmente em áreas como saúde, segurança pública e justiça.
- III Adoção de medidas técnicas e organizacionais para garantir a segurança, a privacidade e a proteção de dados.
- IV Fornecimento de informações claras e acessíveis aos usuários





Apresentação: 18/02/2025 17:53:55.227 - Mesa

sobre o funcionamento e os limites do sistema.





## **Art. 5º** Fica proibido o uso de IA para:

- I Vigilância massiva sem autorização judicial;
- II- Manipulação de informações para disseminação de desinformação ou fake news;
- III- Promovam discriminação com base em raça, gênero orientação sexual, religião ou qualquer outro fator protegido por lei;
- IV Decisões totalmente automatizadas em processos judiciais e administrativos sem possibilidade de revisão humana.
- **Art. 6º** O descumprimento desta lei sujeitará os responsáveis às seguintes sanções, conforme a gravidade da infração:
- I Advertência;
- II Multa proporcional ao faturamento da empresa infratora;
- III Suspensão do funcionamento do sistema de IA infrator;
- IV- Proibição do uso do sistema de IA no território nacional.
- Art. 7º O Poder Executivo criará um Comitê Nacional de Ética e Regulação da Inteligência Artificial, responsável por monitorar a implementação desta lei, propor diretrizes adicionais e avaliar os impactos das novas tecnologias de IA na sociedade.
  - Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## Justificação:

A crescente adoção da Inteligência Artificial no Brasil traz benefícios significativos para diversos setores, como saúde,





Apresentação: 18/02/2025 17:53:55.227 - Mesa





segurança, mas também apresenta desafios e riscos que precisam ser regulados de forma eficiente.

A ausência de um marco regulatório pode resultar em violações de direitos fundamentais, discriminação algorítmica e falta de transparência na tomada de decisões automatizadas.

Este projeto de lei busca estabelecer uma estrutura legal que equilibre inovação e proteção dos cidadãos, promovendo o uso responsável da IA, prevenindo abusos e assegurando que os benefícios dessa tecnologia sejam distribuídos de forma justa e equitativa na sociedade.

Ante o exposto, pede-se o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputado MARX BELTRÃO. PP/

AL



